

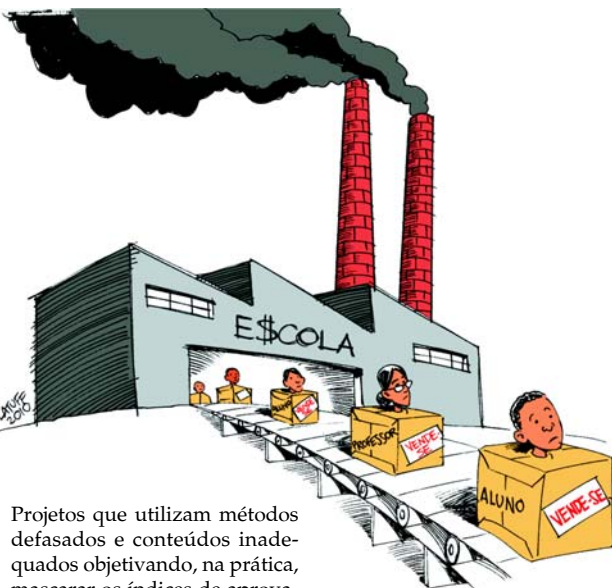
# Aluno não é mercadoria, escola não é fábrica, educação não é negócio

**Sepe inicia campanha unificada em defesa da educação pública de qualidade**

Ao tomar posse como novo secretário estadual de educação, Wilson Risolia afirmou: "Até por formação, tenho esse vício de pensar a educação como negócio". Foi apenas mais uma demonstração do que tem sido a tônica das políticas públicas educacionais no estado do Rio de Janeiro: a mercantilização da educação através da adoção do produtivismo e da meritocracia.

Assim como no governo estadual, em vários municípios a moda é falar em metas de desempenho, em índices de qualidade e em prêmios e bonificações. Tudo isso ancorado na falsa ideia de que é possível dar o necessário salto de qualidade na educação a partir da lógica privada do mercado: concorrência entre escolas e professores, padronização das avaliações e dos currículos, ampliação do controle burocrático nas mãos das secretarias e parcerias com ONGs para realização de projetos.

No município do Rio - maior rede pública de ensino da América Latina - a quantidade de projetos é tamanha que nem mesmo as CREs sabem orientar as escolas sobre o que fazer com os recursos e obrigações que chegam.



Projetos que utilizam métodos defasados e conteúdos inadequados objetivando, na prática, mascarar os índices de aprovação para, assim, atingir o grande objetivo educacional: melhorar os índices.

Certamente o IDEB, criado pelo governo federal e divulgado insistentemente pela grande mídia, pelos governos e por entidades da sociedade civil, contribuiu para essa naturalização da competição, dos rankings e metas quantitativas. As políticas

dos mais diversos governos entraram nessa onda sem deixar de culpar e penalizar os profissionais da educação.

**A EDUCAÇÃO NÃO SE RESUME A  
NÚMEROS QUE SÓ SERVE PARA  
CLASSIFICAR E ROTULAR**

Por isso, é tão urgente recuperar um projeto de educação pú-

blica forjado nas lutas sociais dos anos 80 para atualizá-lo sem deixar de reafirmar o que tinha de mais essencial: seu caráter universalizante, socialmente comprometido, laico, público e democrático. Que garanta a autonomia pedagógica e política daqueles que constroem o processo de ensino aprendizagem ao mesmo tempo em que valoriza o trabalho dos profissionais da educação. É para esse desafio que o Sepe chama você. De 5 e 6 de novembro faremos um grande seminário para pensar e discutir estas questões no intuito de juntar forças para esta luta necessária para os dias de hoje. Você não pode faltar!

**5 e 6 de novembro  
SEMINÁRIO  
"POLÍTICAS EDUCACIONAIS  
NO RIO DE JANEIRO"**

**5/11 (sexta)  
14h - Conjuntura e Políticas  
Educaçãois  
18h - Lançamento do Fórum  
em Defesa da Educação Pública**

**6/11 (Sábado)  
9h - Reforma da Previdência  
14h - ASSEMBLÉIA UNIFICADA**

## Novo secretário assume: ‘Tenho o vício de pensar a educação como negócio.’

Em 2006, o então candidato Sergio Cabral enviou para a casa de milhares de professores uma carta com seus “compromissos com a educação”. Além das promessas sobre valorização salarial, plano de carreira e concurso para funcionários - todas descumpridas - constava que “a secretária de Educação terá como titular pessoa com histórico na área de educação e vínculos com o magistério”. Tal proposta não estava ali por acaso: os profissionais da educação sabem que é fundamental ter vivido as alegrias e as dores da sala de aula da escola pública para entender e propor políticas que transformem a educação estadual.

Reeleito, o governador “esqueceu” mais esse compromisso: nomeou um secretário de educação que não tem qualquer vínculo com a escola pública, um economista com passagem pela Caixa Econômica Federal e pelo Rio Previdência. Wilson Risolia assumiu anunciando que vai estabelecer um sis-

tema de bonificações semelhante ao implantado na Polícia Militar. Mais uma vez, a opção política do governo estadual é apostar em um modelo de gestão descolado da realidade educacional de alunos e professores. Uma gestão empresarial e mercadológica, voltada para uma concepção produtivista da educação que parece ter definitivamente virado moda.

Disse mais, Risolia, na sua apresentação à imprensa: “Até por formação, tenho este vício de pensar a educação como negócio: estou sendo contratado para levar um negócio a um público e preciso saber se o meu produto é bom, como é que meu receptor, que é o aluno, está recebendo este produto”. Ou seja, o secretário assumiu de vez a política neoliberal.

Estabelecer metas de desempenho para a educação não é exatamente uma novidade. O Programa Nova Escola dos governos Garotinho/Rosinha já utilizava a ideia de vincular o salário de pro-

fessores e funcionários aos resultados de determinados indicadores e de uma prova feita pelos alunos. Mostrou-se um tremendo fracasso educacional. Até a ex-secretária adjunta de Educação do governo Clinton, Diane Ravitch, autora do livro *The Death and Life of the Great American School System*, lançado nos EUA, reconhece que o sistema de premiação implementado naquele país não resultou em qualquer melhoria educacional, já que os alunos eram apenas treinados a responder os testes realizados.

### O IDEB institui a competição

O grande problema das políticas educacionais baseadas na meritocracia está na falsa concepção de que depende apenas do esforço do professor o resultado do processo de ensino aprendizagem. É o que acontece com o IDEB, criado pelo governo federal: a partir de um índice padronizado, instituiu-se um ranking

que estimula a competição como se fosse possível utilizar os mesmos critérios para avaliar estruturas e condições de trabalho completamente diferentes e culpar os professores pelos resultados obtidos.

Ao invés de anunciar mais um programa baseado em bonificações, o novo secretário deveria, por exemplo, resolver o problema da redução da grade curricular: para esconder a falta de professores, o governo estadual diminuiu a quantidade de aulas e assim, enquanto os alunos do Colégio Pedro II tem até 36 tempos semanais, a rede estadual mantém uma grade com 30 tempos para o Ensino Médio e 25 tempos para o Fundamental. Esse limite não será superado por qualquer política baseada em índices, prêmios e punições.

Como afirmava Paulo Freire, “transformar a experiência educativa em puro treinamento é mesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador”.

## GINÁSIO CARIOCA: Esvaziamento das funções docentes?

No dia 19 de agosto, a Secretária Cláudia Costin lançou o Programa Ginásio Carioca, a principal política para os anos finais do Ensino Fundamental na rede municipal do Rio, destinada inicialmente aos alunos de 7º ao 9º anos de 10 escolas – uma em cada CRE. Dentre as principais ações deste programa (listadas no site da própria SME) estão: educação em tempo integral obrigatória, professores polivalentes, projeto de vida do aluno orientado por um tutor, prova de nivelamento e matrícula. Sobre estes aspectos, gostaríamos de apresentar alguns questionamentos.

1. Ao decidir atingir apenas os alunos do 7º ao 9º ano, cabe a pergunta: o que será feito com os alunos do 6º ano? A secretária afirmou que serão deslocados para “escolas próximas” e ainda que terão aulas com PII (Projeto Travessia). Será que esse é o melhor caminho? Isso não significa criar mais um obstáculo nesse ano de escolaridade que é dos mais complicados para nossos alunos?

2. Sobre a carga horária das professoras: lutamos pela manutenção

da carga horária de 16 tempos, pois os governos sempre se utilizaram da ampliação da carga para retirar direitos ou desvalorizar os profissionais (vide a experiências dos professores e funcionários dos CIEPs). Não será esse o caso novamente? Como fica nossa aposentadoria? No futuro, quando todas as escolas estiverem sob esse regime, o que acontecerá com quem não optar pela mudança de carga horária? Estarão garantidas as lotações?

3. Professoras polivalentes (atuação por núcleos de conhecimento). Pelo decreto de criação do Ginásio Carioca, as professoras atuarão em três áreas: a) Português, História e Geografia; b) Matemática e Ciências; c) Artes, Educação Física e Inglês. Parece a continuidade da resolução 1048... Essa medida não acarretará prejuízos acadêmicos para nossos alunos, retornando ao já superado sistema baseado nas licenciaturas curtas? As graduações hoje em dia estão cada vez mais especializadas. Como esperar que uma mesma professora domine os conteúdos de disciplinas diversas?

4. O horário integral seria garan-

tido pelas apostilas e pela Educopédia. Isso não significa a transformação da professora em mera monitora, a aplicar as aulas pela internet e televisão? Lembremos que a proposta da Educopédia consiste em apresentar por meio digital, aulas “auto-explicativas” para que os alunos “possam utilizá-lo sem depender de orientações” (citações de texto da própria SME). Este não é mais um caminho para a padronização dos currículos e do conhecimento destruindo o que resta de autonomia pedagógica das professoras? Já não bastam os provões e demais avaliações vindas de cima?

5. “Projeto de vida” do aluno: a secretária afirmou que os alunos serão orientados por tutores e poderão ter uma carga horária maior de disciplinas que tenham relação com suas escolhas profissionais (Ex. Engenharia – Matemática). Não seria essa uma especialização precoce, negando aos nossos alunos o acesso ao conhecimento universal produzido em suas múltiplas dimensões? Como serão escolhidos estes tutores e qual o seu papel no cotidiano das escolas?

6. A SME fala de prova de nivela-

mento e matrícula. Para que servirá mais este provão? Diagnóstico ou classificação? Os alunos das escolas experimentais tem matrícula garantida em 2011. E depois disso? Essa prova de matrícula servirá como “peneira”, excluindo os alunos considerados menos capazes e criando núcleos de excelência na rede?

Enfim, são muitos questionamentos. Por tudo isso, consideramos que o Programa Ginásio Carioca ataca frontalmente a autonomia pedagógica dos profissionais da educação, apresenta uma ameaça concreta à nossa carreira e aposentadoria, servindo apenas para maquiagem os problemas enfrentados no dia-a-dia pelas professoras e funcionárias das escolas municipais.

Entendemos que o horário integral deve acompanhar a educação integral, onde o conhecimento acumulado pela humanidade esteja disponível para nossos alunos nas suas mais diversas formas e conteúdos, sem maquiagens, subterfúgios e programas midiáticos que parecem bons, mas escondem diversas armadilhas ao necessário processo de socialização do conhecimento.

# Meritocracia e avanço na privatização são as marcas de Paes e Cabral

Para tentar mascarar os dados de avaliações como o SAEB, IDEB, Prova Brasil e outros instrumentos criados para medir o desempenho educacional, que colocam o Rio de Janeiro nos últimos lugares, os governos Cabral e Paes procuram “premiar” a educação com programas compensatórios para alfabetização para resolver o fracasso escolar. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) atual não incentiva as Secretarias de Educação a apoiar as escolas para que estas elaborem o seu próprio projeto pedagógico, fazendo com que o foco central da SEEDUC e da SME/Rio não sejam as escolas, que pas-

saram a ser vistas apenas como um espaço de gerenciamento técnico-burocrático.

Por causa disto, os equipamentos e recursos pedagógicos nas unidades escolares passaram a ser garantidos por esses programas. Fora desses projetos, as escolas dependem do material distribuído pelas secretarias, sempre insuficientes, e dos livros que chegam do MEC sempre com atraso e para a metade dos alunos, nem sempre respeitando os livros escolhidos pelos professores.

A política meritocrática implementada no Rio de Janeiro, além de questionável na sua essência, não qualifica e nem motiva os profes-

ssores. Ao contrário tem uma lógica de acirrar a competição entre eles. Essa política não leva em consideração as condições de trabalho, a infra-estrutura e a cultura e a realidade de cada escola e de seus alunos. Mas serve para formar uma identidade de trabalho em que os profissionais devem ser obedientes, “criativos”, responsáveis e competitivos. É dentro dessa perspectiva que esses projetos de “qualidade” de defasagem idade/série com base na disciplina e rigidez empresarial estão sendo implementados para resolver o problema da retenção e alto número de analfabetos funcionais.

O pior é que tratam a escola

pública como um grande laboratório em que esses projetos entram como experimentais e nossos alunos e profissionais da educação como cobaias. Os projetos compensatórios ALFA e BETO, ACELERA e SE LIGA usados pela Secretaria Municipal de Educação do Rio, assim como pela Secretaria Estadual de Educação, já foram aplicados em outros lugares do Brasil e o fracasso de seus resultados por não trazerem uma mudança efetiva nas políticas pedagógicas já é um fato há muito conhecido. Nesta página e na seguinte você pode conhecer um pouco mais sobre quanto esses projetos são nocivos para a educação pública de qualidade.

## ‘FÓRMULA DA VITÓRIA - ALFA E BETO’:

Este é um projeto criado pela Fundação Alfa e Beto centrado no ensino e não na aprendizagem. O programa se baseia na compensação das deficiências apresentadas pelos alunos nas condições de aprendizagem e se baseia no método sintético e fonêmico, negando toda a contribuição da lingüística e da sociolingüística.

## ‘SE LIGA’:

Projeto do Instituto Ayrton Senna que tem por objetivo alfabetizar alunos com defasagem série/idade das quatro primeiras séries do Ensino Fun-

damental. Pressupõe o gerenciamento das ações e indicadores de sucesso. Apesar da afirmação de que a metodologia utilizada se apóia nos princípios de Paulo Freire, o preconceito e o maniqueísmo se acha presente e a linguagem é posta como algo dado ou simplesmente o resultado de atividades motoras e de decodificação. O processo de aula se dá num nível grande de artificialidade.

## ‘ACELERA’:

A proposta é organizada por módulos, onde o material é organizado por especialistas de áreas distintas. Pretende conferir características de interdis-

ciplinaridade na perspectiva de trabalhar matemática, língua portuguesa, história e geografia e ciências. O projeto é desenvolvido por um único professor. Suas atividades não levam em conta o contexto sócio-cultural do aluno, o que não garante a capacidade de estabelecer articulação com a realidade das suas vidas cotidianas.

## ‘AUTONOMIA CARIOCA - ACELERAÇÃO E REFORÇO’:

É uma proposta da Fundação Roberto Marinho que tem o objetivo dar reforço na disciplina de matemática para os alunos do 9º ano. Já vem com os materiais prontos (DVD e

livros) utilizando o método do Telecurso.

## ‘CIENTISTAS DO AMANHÃ’:

É patrocinado pela Sangari Brasil, empresa fundada em 1997 pelo físico Ben Sangari com o propósito de desenvolver soluções inovadoras na educação em ciências no ensino fundamental, do 1º ao 9º ano. A empresa integra o Grupo Sangari, fundado na Inglaterra em 1965. Aqui no Rio de Janeiro, esse projeto chega as escolas através de um pacote com materiais de laboratórios que não levam em conta se a escola tem um espaço apropriado para usa-los.



## Projetos implantados pela SEE e SME são um ataque à autonomia pedagógica e à gestão democrática da escola

Nos vários projetos implantados pela SEE e pela SME há uma rotina de aula rígida para o professor. Isto vai contra uma das características mais importantes de todo o planejamento, que é a possibilidade de adequação para atender a uma dinâmica própria da ação. Exigem que os professores sejam criativos, mas como ser criativo se o programa já vem pronto e com as condições das escolas que muitas delas sequer possuem uma sala de leitura?

■ O controle é feito por profissionais estranhos ao quadro da escola. A rigidez da rotina inviabiliza o rito, tira do professor a possibilidade de refletir sobre o seu próprio trabalho e cristaliza

a aula. As supervisoras assistem as aulas e se preocupam, principalmente, se os professores estão cumprindo a rotina, o determinado nos livros, ou se estão atrasados. Mesmo se os alunos não estão acompanhando. Esta intromissão acaba tirando a autonomia do professor sobre o processo de aprendizagem.

■ Os projetos acontecem como algo externo a escola e, normalmente, não há envolvimento com outros profissionais da mesma unidade escolar.

■ O fato dos materiais serem produzidos externamente tem implicações sérias no currículo escolar, desde a homogeneização das fontes de informação até a padronização que não trazem

referências sequer regionais.

■ O problema mais grave é a retirada da autonomia da escola. Há um excesso de burocracia que obriga os professores a preencherem uma série de instrumentos sem que haja uma motivação pedagógica clara. As avaliações já vem prontas e, normalmente, os conteúdos não são de conhecimento do professor, tirando o seu controle sobre as mesmas.

■ Os programas compreendem uma capacitação para ensinar o professor como seguir as orientações do manual para que tudo dê certo. Há uma ênfase no material que deverá ser usado sem um necessário aprofundamento das questões específicas

da aprendizagem e alfabetização. Os professores são treinados para posteriormente treinar os alunos. Se acreditarmos que capacitar é treinar para reproduzir métodos pedagógicos, temos que reconhecer que estamos diante de uma política que produz e acentua a desprofissionalização.

■ O fato é que estes pacotes pedagógicos-tecnológicos são usados pelas secretarias de Educação para, mais uma vez, culpar os professores pelo fracasso educacional. Estes projetos desqualificam e destituem os saberes docentes, retirando dos professores o seu papel de organizar e construir conhecimentos, metodologias e práticas.

### Sepe convida entidades para instaurar Fórum em Defesa da Educação Pública

Veja abaixo o convite que o sindicato enviou a diversas entidades e intelectuais envolvidos na luta por uma educação pública de qualidade no Rio de Janeiro. Participe você também!

A educação pública vai mal. Esse "consenso" se transformou na justificativa para que os mais diversos governos implantassem nos últimos anos políticas públicas privatistas, procurando subordinar a educação à lógica do mercado. Movimentos como o *Todos pela educação* dirigidos e financiados pelo grande capital transformaram-se nos principais interlocutores governamentais e ditaram os parâmetros das políticas mais recentes. Dentre elas, o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), hoje utilizado como medida da qualidade da educação brasileira, utilizado para destacar experiências bem sucedidas, mas principalmente para criticar e punir aqueles que não se adequam à

padronização estabelecida ou não alcançam os resultados pré-definidos sem qualquer diálogo ou reflexão.

No estado do Rio de Janeiro, as presenças de Wilson Risolia e de Cláudia Costin como secretários estadual e municipal são a prova de que estamos em meio a uma verdadeira campanha pela subordinação da educação à lógica do mercado. Economista de formação, Risolia não tem qualquer relação com a educação e assumiu a secretaria afirmando entender a *educação como negócio*. Costin é um quadro importante da Fundação Victor Civita e atuou como uma das principais artífices do projeto de privatização do governo FHC. Mas, eles são apenas os exemplos mais evidentes de

políticas que se espalham pelos diversos municípios do nosso estado e que também estão presentes nas políticas estabelecidas para as universidades e escolas técnicas estaduais e federais.

Diante deste quadro, consideramos imprescindível reconstruir coletivamente um projeto político para a educação pública de qualidade que atualize as nossas bandeiras de luta e apresente para o conjunto da sociedade a ideia de que uma outra educação é possível. Muitas entidades e intelectuais produzem reflexões e propostas que nos ajudam a pensar que este passo é importante na atual conjuntura. Ao longo últimos 30 anos tivemos experiências que precisam ser resgatadas e atualizadas num processo que acumule for-

ças para as lutas que se apresentam ou para aquelas que certamente virão nos próximos anos. Enfrentá-las coletivamente é o único caminho possível e, para isso, precisamos refletir e produzir propostas e concepções que orientem nossas lutas.

Por isso, o Sepe convida a V. S<sup>a</sup> (ou a entidade) para construir conosco esse projeto e firmar compromissos com uma pauta de lutas unificada em torno da ideia **Escola não é fábrica, aluno não é mercadoria, Educação não é negócio!** Nossa proposta inclui o lançamento do **Fórum em Defesa da Educação Pública no Rio de Janeiro** no dia 5 de novembro às 18:00 no ISERJ (Rua Mariz e Barros, 273 - Tijuca).